



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

O ambientalismo português, entre a utopia e o pragmatismo(**)

Eugénia Rodrigues *

A reflexão que aqui se propõe sobre o movimento ecologista português pretende, por um lado, assinalar o que se consideram ser os principais tempos do processo de emergência desse fenómeno e, por outro lado, apresentar alguns dados das Associações de Defesa do Ambiente (ADA) a partir dos resultados de um inquérito, com o objectivo de caracterizar algumas das suas práticas e representações face à acção estatal e às populações.

A questão ecológica é, como se sabe, uma das mais importantes bandeiras de luta dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e, por isso — muito embora dando uma atenção particular às características específicas da sociedade portuguesa —, tal problemática não pode deixar de estar presente nesta abordagem, quer pela sua importância teórica, quer pelo significado social e político da experiência histórica que lhe serviu de base. O fenómeno dos NMS é fruto das sociedades avançadas que viveram a experiência do Estado-Providência, onde a integração das classes subordinadas se baseou, em boa medida, na abdicação da luta pela “utopia” socialista em troca pela protecção estatal, pelo acesso ao consumo, pela participação na “concertação social” (Santos, 1990:153). Os NMS trouxeram à luz do dia novas formas de intervenção pública e de pressão sobre o Estado democrático, combinando o radicalismo das críticas com o sentido pragmático e a rejeição do dogmatismo. A crise das economias ocidentais, o espectro da guerra nuclear, o avolumar das agressões ambientais, as novas formas de exclusão, etc., foram temas que, a par do esgotamento do marxismo ortodoxo (nomeadamente a denúncia do estalinismo) favoreceram o surgimento de formas “alternativas” de contestação e participação políticas. O “pacifismo”, a “ecologia”, o “feminismo” afirmaram-se, assim, como expressões concretas de mobilização do descontentamento popular face ao formalismo e à rigidez dos sistemas de democracia representativa. Com os NMS a ordem política democrática passou a ser confrontada a partir de dentro e pressionada no sentido da abertura do processo político em direcção aos cidadãos. As tácticas não convencionais, as estruturas organizativas flexíveis, participativas e descentralizadas conduziram a um alargamento das “fronteiras da política”, não só com a entrada em cena dos novos temas em debate, mas também através dos mecanismos de diálogo e negociação que os “novos movimentos” obrigaram a criar (veja-se Touraine, 1981; Dalton *et al*, 1984; Dalton e Kuechler, 1990; Eder, 1993; Eyerman e Jamison, 1991; Melucci, 1985;).

É, pois, inquestionável que os NMS personificaram uma viragem decisiva — em termos políticos, sociais e culturais — no contexto das sociedades democráticas mais avançadas. No entanto, a sua expressão em Portugal foi, como se sabe, praticamente inexistente antes do 25 de Abril de 74.

Mesmo posteriormente, a penetração de algumas das suas propostas, nomeadamente no que se refere à defesa do ambiente, adquiriu contornos muito particulares. O excessivo atraso no desenvolvimento económico e na modernização industrial, a obsoleta política colonial, o fechamento de um regime conservador e repressivo que Salazar prolongou até ao limite, são alguns dos factores estruturais que prendem Portugal a uma posição “subalterna” ou semiperiférica (Santos, 1990) no quadro do sistema mundial e europeu. Por isso, a análise destes fenómenos na sociedade portuguesa terá de ter presente que a institucionalização tardia do sistema democrático fez com que os “velhos” movimentos sociais (liberdade, democracia, sistema partidário, sindicalismo autónomo, etc.) fossem novos e os NMS, no sentido político corrente, fossem muito fracos, e nalguns casos, mesmo inexistentes (Santos, 1991:174).

Análise do caso português: os tempos da defesa do ambiente

Até 1974, as iniciativas da sociedade civil em torno dos temas do ambiente em Portugal foram pouco mais do que insignificantes, reduzindo-se a um ou outro protesto pontual e a esporádicas acções, individuais ou colectivas. Entre essas excepções poderemos referir a fundação da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) em 1948^[1] e a publicação, em 1970, dos “Cadernos do Século” coordenados por Afonso Cautela.^[2]

1º Tempo: O contexto revolucionário (1974-75)

As primeiras iniciativas viradas para a defesa do ambiente inserem-se no contexto dos movimentos populares do pós-25 de Abril. No calor da luta política e ideológica de 1974/75, os principais temas que então dividiam a sociedade portuguesa não poderiam deixar de se repercutir no seio dos ecologistas: “(...) saberemos construir o socialismo sem poluição? (...) Porque, ao fim e ao cabo, do bairro de lata ao prédio de luxo, o que está em jogo é a forma como a luta de classes se insere na paisagem” (*Jornal Novo*, 31/7/75). Mas é justo reconhecer, por outro lado, que a mais significativa associação ecologista deste período, o “Movimento Ecológico Português” (MEP), se orientava para objectivos semelhantes aos dos NMS, como acontecia nas “críticas ao industrialismo e à ideologia da sociedade de consumo” e no combate à “proliferação incontável de poluentes e de resíduos industriais” (Manifesto do MEP, Lisboa, 27 de Julho de 1974). Minada, no entanto, por clivagens internas — no seu seio pontuavam correntes como os “macrobióticos”, “antinuclearistas”, “não-violentos”, “vegetarianos”, “conservacionistas” — e bloqueios organizativos, não conseguiria concretizar o desejo de abrir caminho à “grande frente” ecológica. Esta situação ilustra a fragilidade do associativismo ecologista neste período e mostra também como ele era incapaz de se demarcar dos estilos de intervenção revolucionária que então permeavam a sociedade portuguesa. Daí que se possa afirmar que tal fragilidade se traduzia na força dos movimentos populares revolucionários.

2º Tempo: “Nuclear não, obrigado!” (1976-1983)

Com o 25 de Novembro de 1975 e a travagem da luta popular reivindicativa, os grupos ligados à defesa do ambiente continuaram a revelar algumas das incoerências que vinham de trás, tanto mais que muitos dos militantes revolucionários vieram a integrar as associações ecologistas. Mas a partir de 76 uma causa próxima começou a servir de mote às tentativas de revitalização destes activistas: o nuclear. Quer no plano energético (contra o projecto de instalar centrais de energia nuclear, em que o caso mais célebre foi o da aldeia de Ferrel), quer na denúncia da corrida aos armamentos e do perigo de guerra nuclear (no auge da guerra fria), *Nuclear, Não, Obrigado!* foi um dos slogans que neste período mais se popularizaram em Portugal. O grupo “Viver é Preciso” (Porto e Lagos), o jornal “Gazeta das Caldas”, com o suplemento “Pela Vida” e o grupo “Amigos da Terra”, foram alguns dos animadores da causa ecológica na segunda metade dos anos 70.^[3] Mas, neste período foi, acima de tudo, a vertente pacifista do movimento que se afirmou. À semelhança de outros países europeus as manifestações pelo desarmamento sucederam-se mas, ao contrário, por exemplo, dos verdes alemães (com as gigantescas manifestações do início dos anos 80), em Portugal as iniciativas em favor da paz e a luta antinuclear deixavam antever a “infiltração” do Partido Comunista Português. A imagem imaculada da pomba branca era ensombrada pelo alinhamento cúmplice com o então bloco de Leste, estratégia que ficou ainda mais visível com a criação do partido “Os Verdes”, em 1982.

3º Tempo: Organização e pragmatismo (1984 -...)

Sensivelmente a partir de meados dos anos oitenta — e no seguimento dos encontros nacionais de grupos ecologistas que pretendiam coordenar actividades ou, como alguns defendiam, criar um verdadeiro partido ecologista (o primeiro em 1984, na Foz do Arelho e o segundo em 1985, em Tróia) — começaram a verificar-se sinais de viragem no sentido de um maior pragmatismo e de uma orientação mais institucional. A emergência da Quercus (em Outubro de 1985), dotada de alguns quadros e especialistas nas áreas do ambiente; o Geota (fundado em 1981, com ligações ao PSD) que começava a querer libertar-se das conotações políticas; e a LPN (a mais velha ADA existente) que procurava sair do seu mundo académico e abrir-se à intervenção social; constituem os três principais protagonistas que a partir de 1984/85 começaram a ganhar visibilidade, influência e reconhecimento, quer junto da opinião pública, quer das instituições estatais e governativas. À parte as diferenças entre si, a sua orientação mais pragmática e a sua postura mais virada para a “conservação da natureza” (e não tanto para a intervenção social e para o radicalismo militante) favoreceram o seu reconhecimento. Num período de maior abertura do Estado face a estas matérias e perante as pressões internacionais (as iniciativas da ONU e das Organizações Não Governamentais) e os programas da Comunidade Europeia, a necessidade de eleger parceiros

que “legitimassem” as exigências de diálogo entre os governantes e a sociedade civil encontrou resposta nestas associações. A hegemonia que desde então conquistaram deve-se fundamentalmente ao reconhecimento institucional que veio permitir a mobilização de novos recursos para o seu alargamento e implantação das suas estruturas. Mas, por outro lado, o preço a pagar parece ter sido o relativo abandono da vertente contestatária (e de emancipação) e dos objectivos de politização da sociedade.

Caracterização das ADA em Portugal

As etapas históricas que acabámos de referir constituem uma dimensão decisiva não só para compreendermos o processo de afirmação do associativismo ambientalista em Portugal, mas ainda para percebermos algumas das orientações e das dificuldades que definem hoje as Associações de Defesa do Ambiente. Foi com base nesse pressuposto, isto é, foi para procurar equacionar a experiência passada com a situação presente que realizámos um inquérito às ADA.^[4]

Situação e objectivos das ADA

Passemos então à apresentação e análise sumária de alguns dos seus resultados. Em primeiro lugar, as respostas ao inquérito permitem confirmar a grande germinação do associativismo ambientalista a partir de 1975. Das associações actualmente existentes, cerca de 17% surgiram no período de 1976-80 e só nos anos 80 nasceram 60% (tendência que se acentuou a partir de 84). Estes dados vêm confirmar que o movimento ecologista só começou a despertar quando os movimentos populares e revolucionários esmoreceram e, por outro lado, que foi na década de oitenta que se deu o *boom* de criação das ADA, o que foi facilitado, como atrás referimos, pela evolução das políticas estatais e pelo seu enquadramento internacional.

As associações localizam-se predominantemente na faixa litoral do país e acima de tudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (20%) e Porto (11%) e são, em geral, de pequena dimensão, a julgar pelo número de filiados: 20% das ADA tem menos de 100 aderentes; 46% tem entre 100 e 300 membros; 17% entre 300 e 500; 15,5% entre 500 e 1500; e, de acordo com as respostas obtidas, apenas duas associações revelam uma verdadeira dimensão nacional, com mais de 1500 sócios

(a Quercus e a LPN).^[5] Quanto aos principais objectivos e âmbito de actuação das ADA, poderemos sintetizá-los como sendo predominantemente dirigidos a “problemas locais” ou “regionais” (40% de casos), tais como: a defesa do património (41%); a intervenção cultural (28%); actividades desportivas (13%); e, recreativas (12%). As suas principais iniciativas passam pela “realização de estudos e projectos” (em geral subsidiados pelo IPAMB) e por “acções de denúncia, divulgação e intervenção educativa”, nomeadamente através do recurso aos meios de comunicação social, ao “diálogo e negociação” com as entidades locais ou estatais ou ainda realizando “sessões de esclarecimento” e “abaixo-assinados”, junto das populações.^[6] O protesto público (3,5% de respostas afirmativas) e o recurso aos tribunais (2,5% de respostas afirmativas), por exemplo, são meios só muito raramente adoptados.

As ADA e os seus principais interlocutores

No que respeita a acções conjugadas com outros actores, as ADA rejeitam abertamente qualquer ligação com os partidos políticos (respondendo “Não” em 92% dos casos) ou mesmo com os sindicatos (apenas 8,2% afirmam ter tido esse tipo de relação), o que revela uma atitude de demarcação face a estruturas vinculadas aos “velhos” movimentos. Os parceiros privilegiados são, em primeiro lugar, as próprias ADA (com 80% de respostas a confirmá-lo), surgindo ao lado delas outros agentes como escolas, autarquias, centros de investigação, associações profissionais e desportivas. Os resultados do inquérito revelaram ainda as principais fontes de dificuldades e de incentivos sentidos pelas ADA no decurso da última acção desenvolvida. Enquanto no primeiro caso foram referidos as autarquias, o Estado, a dificuldade de mobilização dos associados e os partidos políticos (por ordem decrescente de número de referências), no segundo (os factores de incentivo) aparecem o apoio da população, das autarquias e a mobilização dos associados. Refira-se que a centralidade das autarquias (quer como obstáculo, quer como incentivo) se deve ao facto de o âmbito de actuação das associações ser predominantemente local, o que apela a respostas dos municípios. Daí que a disparidade dessas respostas e das experiências vividas pelas ADA se repercuta na avaliação do papel das autarquias. Em todo o caso, as autarquias e as populações, além das próprias ADA, constituem os principais agentes de diálogo dos ambientalistas.

Representações das ADA face ao Estado e às populações

Em relação ao aparelho de Estado, as ADA sublinham a sua centralidade, quer quando o criticam, quer quando colocam nas suas mãos o futuro do ambiente. Das suas experiências passadas concluem que o Estado foi mais um factor de dificuldade do que de incentivo; mas em relação ao futuro, afirmam que “sem o apoio forte do Estado não é possível salvar o ambiente” (cerca de 90% de concordância com esta afirmação). Esta posição não pode deixar de ser relacionada com a dependência económica das associações perante o Estado e os seus programas de financiamento coordenados pelo IPAMB. Paralelamente, é realçada a vulnerabilidade da actuação estatal perante os diferentes meios de pressão:

Quadro 1 - Grau de influência de diferentes factores

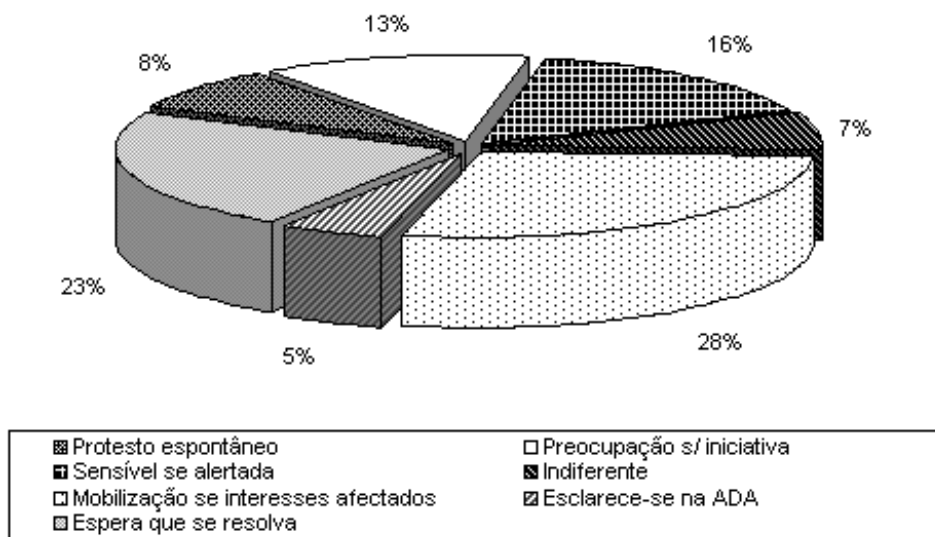
no interesse estatal pelo ambiente (%)						
Factores de Infl.	Nenhuma	Pouca	Bastante	Muita	Muitíssima	Total
Períodos eleitorais	2,7	1,4	12,4	57,5	26	100
Contestação popular	4,2	16,4	39,7	37,0	2,7	100
Pressão da CE	11,0	5,5	39,7	38,3	5,5	100
Comunic. social	2,7	5,5	42,5	42,5	6,8	100
Pressão das ADA	2,7	24,7	42,5	27,4	2,7	100

(Fonte: Inquérito às ADA)

Os períodos eleitorais aparecem, assim, como o aspecto que mais interfere no interesse manifestado pelos problemas ambientais, seguindo-se a pressão exercida pela comunicação social. As orientações da Comunidade Europeia e a contestação popular surgem logo a seguir, situando-se a pressão das

ADA como o elemento menos relevante.^[7] Esta questão liga-se, assim, com as dificuldades sentidas pelas ADA na sua actuação. Embora a maioria das associações (mais de 60%) avaliem positivamente as *performances* do movimento associativo, uma parte significativa (26%) vê essa prestação como “razoável”. Entre as dificuldades assinaladas destacam-se: (1) o desconhecimento das populações dos problemas ambientais (24%); (2) a ausência de uma política de educação ambiental (21%); (3) a falta de coordenação entre as ADA (13%); e (4) a falta de apoio estatal (12%). A opinião das associações quanto à atitude das populações reflecte as suas experiências concretas e, por isso, a partir delas poderemos compreender melhor algumas das dificuldades assinaladas (veja-se Gráfico 1). A participação popular é, reconhecidamente, um factor fundamental para que a actual “indiferença” possa ser invertida.

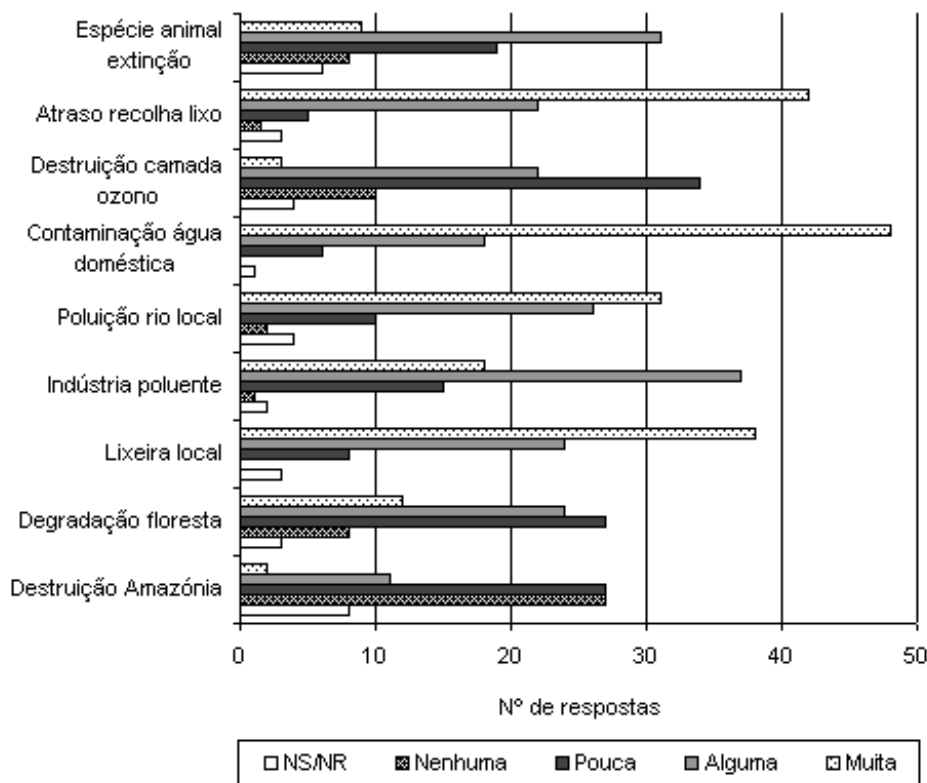
Gráfico 1 - Atitudes da população face aos atentados ao ambiente, segundo as ADA (%)



Mas o défice de consciencialização das populações manifesta-se de múltiplas formas: a mobilização popular apenas tem lugar “quando os seus interesses imediatos são afectados” (28%);

a população “espera que as entidades resolvam o problema” (23%); quando alertada “é sensível aos problemas” (16%); há preocupação mas “sem iniciativa” (13%). O gráfico seguinte permite confirmar algumas destas atitudes da população (ainda segundo o ponto de vista dos dirigentes associativos), por via do grau de preocupação esperado face a diversos problemas ambientais.

Gráfico 2 - Grau de preocupação da população face a problemas ambientais gerais, segundo as ADA (N)



As situações em que se detecta “muita” preocupação das populações são em geral aquelas que interferem directamente na sua vida diária: a contaminação da água canalizada; os atrasos na recolha do lixo doméstico; a existência de uma lixeira nas imediações; e, finalmente, a poluição do rio local. A destruição da camada de ozono ou da floresta amazónica são, por seu lado, situações vistas como longínquas. E mesmo os problemas como a degradação da área florestal local, parecem relativamente afastados do campo das preocupações populares.

Conclusão

A “compressão da história” que se viveu no período revolucionário em Portugal favoreceu a confluência de ideologias e estratégias de acção que noutros países estiveram separadas por várias décadas. Por isso se compreende que na acção dos ecologistas portugueses, se tenham misturado elementos típicos dos “velhos” e dos “novos” movimentos sociais, claramente visíveis nas primeiras fases da sua afirmação. É nessa lógica que se inserem, quer a sua força, quer a sua fraqueza. Para além do reduzido peso das classes médias urbanas em detrimento dos sectores rural e operário, o carácter embrionário do movimento ambientalista explica-se pela nossa experiência histórica recente e pela forma como ela marcou este campo de intervenção social. Enquanto foram politicamente radicais os ambientalistas confundiram-se com os movimentos “revolucionários” do “prec” e quando conseguiram afirmar-se perderam a vontade de mudança política. Não obstante os repetidos esforços para criarem um campo de intervenção autónomo, o seu estado embrionário, disperso e, de algum modo, paradoxal, pode ser visto como o resultado de experiências vividas num contexto carregado de ideais utópicos. Todavia, a viragem para o pragmatismo e a procura de reconhecimento institucional substituíram a função de politização da sociedade civil (que se atribuiu aos NMS europeus). Dito de outro modo, a legitimidade formal sobrepôs-se a uma “legitimidade social” que, até ao momento, não conseguiram ainda alcançar. Mas, apesar de tudo, é conveniente reconhecer a possibilidade de novas orientações estarem em germinação na sociedade portuguesa, neste final de século. As dificuldades que estes resultados indicam quanto ao grau de consciencialização

e capacidade de mobilização da população, não deverão impedir-nos de estar atentos aos novos fenómenos emergentes — como sejam os protestos espontâneos e por vezes radicais com que periodicamente somos alertados — e tomá-los como uma via a explorar para uma melhor compreensão da contestação colectiva. A começar, por exemplo, pelo estudo da relação entre os pequenos grupos organizados e as redes informais enraizadas na acção comunitária e na sociedade civil.

Referências bibliográficas

- Dalton, R., Scott, C. Flangan & Paul, A. Beck, eds. (1984) *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment?*, Princeton, NJ:Princeton University Press.
- Dalton, Russell & Kuechler, M. (1990) *Challenging the Political Order — New Social and Political Movements in Western Democracies*, Cambridge, Polity Press.
- Eder, Klaus (1993) *The new Politics of Class — Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, London, Sage.
- Eyerman, Ron & Jamison, Andrew (1991) *Social Movements — A Cognitive Approach*, Cambridge, Polity Press.
- Melucci, Alberto (1985) “The symbolic challenge of contemporary movements”, *Social Research*, vol. 52, nº 4 (pp. 789-816).
- Offe, Claus (1985) “New Social Movements: challenging the boundaries of institutional politics”, *Social Research*, vol. 52, nº 4 (pp. 817-868).
- Santos, Boaventura de Sousa (1990) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994) *Pela Mão de Alice — O Social e o Político na Pós- Modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Touraine, Alain (1981) *The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*, Cambridge, Cambridge University Press.

(**) Este *paper* constitui uma apresentação parcelar dos resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do seminário de investigação em Sociologia Política, orientado pelo Prof. Boaventura de Sousa Santos.

* — Socióloga. Bolseira da JNICT no Centro de Estudos Sociais.

[1] Esta associação surgiu como resposta às ameaças de destruição da Serra da Arrábida denunciadas pelo poeta Sebastião da Gama. Foi a primeira associação ambientalista a ser criada em Portugal, sob a orientação de um pequeno grupo de professores — ligados à Faculdade de Ciências de Lisboa —, que lhe imprimiram uma orientação para a conservação da natureza. Além desta, existiram também no período anterior a 1974 outras organizações que, de um modo directo ou indirecto, estavam ligadas à preservação da natureza: a “Real Sociedade Arqueológica Lusitana” (fundada em 1849, em Santiago do Cacém); o “Real Instituto Arqueológico de Portugal” (1858, Lisboa); a “Sociedade Portuguesa de Espeleologia” (1948, Lisboa); o “Espeleo Clube de Torres Vedras” (1971); e a “Associação de Estudos do Alto Tejo” (1972, Vila Velha de Ródão).

[2] No que se refere a situações de revolta popular, registam-se os protestos dos agricultores do Baixo Vouga/Cacia contra os efeitos destrutivos da Companhia Portuguesa de Celulose sobre as terras e arrozais, ocorrida em finais dos anos 40, e dos habitantes de Pernes (povoação ribeirinha do Alviela), perante a contaminação da água pelas fábricas de curtumes instaladas nas margens do Alviela, em 1957.

[3] O festival Pela Vida Contra o Nuclear (Ferrel, Janeiro de 1978/ 2000 pessoas); o alerta de presidentes de câmara do Nordeste (Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Sabugal e Pinhel) contra os planos do governo espanhol de construção de centrais nucleares junto à fronteira portuguesa (Outubro de 1979); festivais da Primavera, marchas da Juventude pela Paz, celebração do Dia Mundial Antinuclear, ocupação simbólica do jardim da Gulbenkian, contra o projecto de construção das novas instalações (Maio de 1980); II Festival Ecológico, em Miranda do Douro (Agosto de 1982); são algumas das iniciativas a recordar.

[4] O inquérito foi aplicado em Fevereiro de 1994 a um universo de 140 associações, a totalidade das associações existentes nesta altura (não só as inscritas no IPAMB, mas ainda outras de que foi possível ter conhecimento por outras vias, embora não estando oficialmente registadas), das quais foram obtidas 73 respostas. Refira-se, no entanto que, dada a fluidez deste movimento associativo, não é possível estabelecer com rigor o número real de associações existentes (“nascem” e “morrem” associações com grande frequência).

[5] Note-se, no entanto, que no caso da Quercus as respostas ao inquérito foram dadas a partir dos núcleos regionais (tomados como associações), embora se saiba que em termos de estrutura nacional esta associação tem 7000 sócios. Contudo — e sem esquecer o pouco rigor que estes dados oferecem (pois nem sempre as associações estão dotadas de registos actualizados) — é preciso mencionar que, como acontece na generalidade, apenas uma pequena percentagem dos sócios tem as quotas em dia. Na Quercus, segundo um dos seus dirigentes, assume-se que “objectivamente existem 5000 sócios, incluindo as camadas juvenis, estudantes, etc.” e muitos dos inscritos, fazem

no no contexto de uma situação pontual de mobilização (uma sessão de esclarecimento, por exemplo), afastando-se pouco tempo depois, conforme admitiu o dirigente entrevistado (Entrevista a Armando de Carvalho, Coimbra, 10/1/94).

[6] Instituto de Promoção Ambiental, estrutura do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, responsável pelo apoio financeiro, técnico e jurídico às ADA.

[7] Existe um relativo equilíbrio na escala de avaliação considerada, ou seja, as respostas “pouca” influência e “muita” estão quase a par, inclinando-se a maioria das opiniões para a posição intermédia de “bastante” (42,5%).